

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIRTUDE DA MODERAÇÃO NA ÉTICA ARISTOTÉLICA

Vinicius José de Lima\*

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é discutir a moderação como virtude a partir da ética aristotélica, com o intuito de refletir sobre a importância dessa concepção para atualidade. Para isso, recorre-se às obras de Aristóteles, sobretudo à *Ética à Nicômaco*. Além disso, a fim de ampliar o olhar sobre a teoria aristotélica, se recorre à comentários e teóricos da ética, como Alasdair Macintyre e David S. Oderberg. O estudo desta temática filosófica conduz à afirmação de que a ética aristotélica é útil para atualidade, visto que suas temáticas reverberam servindo de respostas a problemas contemporâneos.

**Palavras-chave:** Ética. Felicidade. Virtude. Moderação.

## CONSIDERATIONS ABOUT THE VIRTUE OF MODERATION IN ARISTOTELIAN ETHICS

**Abstract:** The purpose of this article is to discuss moderation as a virtue based on Aristotelian ethics, in order to reflect on the importance of this concept for today. For this, we turn to the works of Aristotle, especially the *Nicomachean Ethics*. Furthermore, in order to broaden the view on Aristotelian theory, commentators and theorists of ethics, such as Alasdair Macintyre and David S. Oderberg, are used. The study of this philosophical theme leads to the affirmation that Aristotelian ethics is useful for today, since its themes reverberate serving as answers to contemporary problems.

**Keywords:** Ethic. Happiness. Virtue. Moderation.

### 1- INTRODUÇÃO

Costumeiramente, na vida cotidiana, em muitos momentos alguém já deve ter ouvido a expressão de que alguém tem uma vida boa ou, então, que é importante se esforçar para viver bem. Essas expressões geram, em uma mente filosófica, a questão sobre o que significa viver bem, ou até mesmo a pergunta pela natureza do bem. Ao longo da tradição filosófica, a resposta a essas questões constituiu o campo da ética filosófica.

---

\* Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade do Paraná (PUCPR), graduando em Teologia pela PUCPR, tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Antropologia Filosófica, Fenomenologia e Filosofia Medieval. E-mail: semviniciuslima@gmail.com.

Dentre os principais filósofos que pensaram a ética, está Aristóteles. Filósofo grego, nascido em Estagira, Aristóteles, ao lado de Sócrates e Platão, é considerado um dos principais filósofos da idade antiga. Em sua obra, *Ética à Nicômaco*, ele desenvolve sua teoria sobre a ética, vinculando a discussão à metafísica, antropologia, política e educação. No campo da ética, o filósofo é conhecido pela formulação sistemática de uma ética das virtudes. Esse modelo ético influenciou a tradição filosófica, levando autores como Santo Tomás de Aquino, na idade média, e Alasdair Macintyre, na contemporaneidade, a também refletirem sobre a temática. Desde já, é importante indicar que a filosofia de Aristóteles servirá de referencial teórico neste estudo sobre a virtude da moderação.

Ao eleger Aristóteles como referência teórica para a discussão a respeito da ética, se pretende aqui demonstrar como uma teoria, embora seja antiga, ainda continua sendo atual. É evidente que ao longo da história da filosofia, a ética se desenvolveu e apresentou diferentes vertentes. Contudo, há coisas que o limite temporal não é capaz de suprimir e uma delas são as ideias. Assim, o que é antigo temporalmente, pode também falar ao homem contemporâneo.

A fim de dar maior sistematicidade à essa pesquisa, será seguido um caminho em que, primeiramente, se compreenderá as principais teses da ética aristotélica. Em seguida, havendo compreendido o sistema da ética para Aristóteles, se discutirá como o filósofo estagirita define a moderação e como esta se opõe ao vício do desregramento. Por fim, se refletirá brevemente sobre a vida social do homem na atualidade e como a filosofia aristotélica pode ser útil para as reflexões sobre dilemas atuais. Vale lembrar que, devido ao estilo desse texto, não se tem aqui a pretensão de esgotar a discussão sobre a temática, mas levantar pontos importantes para reflexões posteriores.

## **2- TEMAS FUNDAMENTAIS DA ÉTICA ARISTOTÉLICA**

A ética, na filosofia aristotélica, é uma ciência prática, pois ela conduz ao conhecimento dos princípios que regem a ação humana. Em sua filosofia, Aristóteles (2002) define que o saber científico é aquele que se ocupa das causas últimas e dos princípios universais, o que a tradição filosófica denominou como metafísica. Ora, ao definir que a ética é uma ciência prática, isso significa que ela se dá no conhecimento dos princípios abstratos que orientam o ser humano em sua vida moral.

Contudo, por ser uma ciência prática, como indica Oderberg (2009), a ética não se limita à intelecção dos princípios que regem o agir humano, mas há uma ligação entre

conhecimento e ação, isto é, a ética é a aplicação dos princípios fundamentais na ação humana em vista de conduzir o homem ao bem. Ser bom, a partir dessa noção ética, não se constitui em saber fazer bem as coisas, mas em ser bom de acordo com a natureza própria do homem.

A afirmação aristotélica de que a ética é uma ciência não deve ser entendida de acordo com os parâmetros que temos hoje de ciência. Oderberg (2009) afirma que a ética em nada é semelhante às ciências modernas, como a física, a química, a geografia, entre outras. Atualmente, para que um conhecimento seja ciência “[...] um domínio de investigação tem de produzir conhecimento genuíno, senão mesmo certezas; tem de haver métodos reconhecíveis [...]; os resultados têm de ser repetíveis nas mesmas circunstâncias, aplicando os mesmos métodos [...] e tem de haver um razoável acordo entre os investigadores [...]” (ODERBERG, 2009, p. 18).

Ora, analisando a ética, não é possível encontrar nela esses elementos epistemológicos que compõe um conhecimento científico. Com efeito, ele é uma ciência com características próprias; não dá para esperar que a ética cumpra os mesmos cânones das ciências naturais ou exatas. Uma vez que o objeto da ética é o agir humano, suas teorias não terão a mesma precisão que nas ciências exatas e nem mesmo se estabelecem sob as mesmas bases epistemológicas. Em suma, “[...] a moralidade é sobre pessoas, e não sobre máquinas [...]” (ODERBERG, 2009, p. 19). Por isso, a forma como se procede em ética não é a da experiência empírica e experimental, mas é pela via do raciocínio, da lógica, da aplicação dos princípios universais à realidades particulares, entre outras.

Por se tratar de princípios universais, embora a ética se refira à pessoa, na visão aristotélica ela não pode ser subjetivista. Macintyre (1991) recorda que as teses defendidas por Aristóteles no âmbito da ética têm o sentido de mostrar ao homem o caminho que o conduz à felicidade. Nem mesmo este caminho apresentado pelo Estagirita conduz a um individualismo, pois a ética encontra seu principal sentido na vida social.

No grupo das ciências práticas, a ética não está isolada, mas se vincula com a política. De acordo com Macintyre (1991) a ética e a política se vinculam, pois as duas se ocupam do modo como o homem pode ser feliz, seja na vida privada ou na vida pública. No caso particular da ética, ela se ocupa de demonstrar a forma e o estilo de vida ao qual o homem deve ter para ser feliz. Essa relação entre vida pública e privada está muito arraigada na cultura grega antiga. É na cidade que o homem busca agir bem

enquanto cidadão. Por isso, ao se propor o estudo das principais teses da ética aristotélica não é possível ignorar o estudo sobre a política.

De fato, o homem para Aristóteles não se realiza em sua individualidade, pois por natureza ele tende à sociabilidade. O fim último da existência humana não é viver na solidão. Contudo, isso não é pretexto para negar a individualidade, a vida social não pode suprimir o indivíduo. Aristóteles não compreende que o estado serve apenas para que os indivíduos possam viver juntos suprindo suas necessidades básicas, “não é apenas para viver juntos, mas sim para viver bem justos que se fez o estado” (Política, V, p. 53). Nesse sentido, a finalidade do estado não é suprimir os indivíduos, mas é a de conduzir os homens ao bem-viver, dito de outro modo, é tornar os homens virtuosos pelo estabelecimento do bem comum.

Na *Ética à Nicômaco*, Aristóteles defende que a vida individual e o Estado tendem a um mesmo bem. “Sendo o fim o mesmo para a vida pública quanto para a vida privada, a perfeição do estado não pode definir-se de modo diferente da dos particulares” (Política, VI, p. 68). Com isso, o exercício da política constitui algo nobre, pois é a busca de assegurar que todo um Estado chegue ao bem comum.

Diante disso, o filósofo compreende o papel da educação. Por meio dela o estado trabalha a individualidade para formar homens virtuosos. Para Aristóteles não tem como um estado ser virtuoso se seus membros não são, de igual modo, em um estado não virtuoso os indivíduos não conseguem atingir seu fim. É nesse sentido que “o legislador deve cuidar principalmente de formar pessoas honestas, procurar saber quais exercícios tornará honestos os cidadãos e sobretudo conhecer bem qual é o ponto capital da vida feliz” (Política, VI, p. 65). Assim, a ideia de ter cidadãos virtuosos exige do estado um projeto pedagógico que conduz o homem ao exercício da virtude. Para Aristóteles, nenhum homem nasce virtuoso, a razão dá a ele apenas condições de ser virtuoso, por isso educação vai potencializar neles as condições para o exercício das virtudes. Nesse sentido, a educação é um bem e um assunto público, é um problema social e não privado.

Superadas, assim, as discussões iniciais em torno da definição de ética como ciência prática, agora é preciso considerar noções fundamentais sobre a ética aristotélica, isto é, o modo como Aristóteles formula sua teoria sobre o agir humano. Essa discussão conduzirá ao objeto central do presente artigo que é refletir sobre a virtude da moderação na ética aristotélica.

## 2.1 A FINALIDADE DO AGIR HUMANO

Aristóteles inicia a *Ética à Nicômaco* defendendo que todas as coisas tendem a um bem, ele é a causa final de todas as coisas. A arte, a investigação e a ação tendem sempre a um determinado fim. Considerando, que todas as coisas possuem um fim último, o filósofo procura compreender qual o bem para o qual tendem as ações humanas. Esse fim é tal que o desejo humano se orienta em vista da realização desse bem para o qual tende a ação.

Com efeito, qual seria a natureza desse bem? Lançando o olhar sobre a vida corriqueira, é possível encontrar diversos momentos em que se define que algo seja bom. Por exemplo, quando alguém realiza um bom trabalho, quando se degusta um alimento que seja prazeroso ou, então, quando se diz que um determinado remédio é bom para tal doença (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 219). Contudo, esse emprego do termo bem parece não estar de acordo com o que definiu Aristóteles, pois está em um âmbito particular de quem tem essas experiências e as considera boas. Esse bem ao qual se dirige todas as coisas é um bem supremo.

Com efeito, “o bem se define em função de uma meta, ou de um propósito ou como o fim ao qual se encaminha uma pessoa ou coisa. Afirmar que algo é bom quer dizer que, com certas condições, essa coisa é o objeto de uma aspiração ou de um esforço” (MACINTYRE, 1991, p. 64, tradução nossa). Nesse sentido, quando Aristóteles define que todas as coisas tendem a um bem, ele não está se referindo em si a um bem viver, mas à causa final a qual cada ser, de acordo com sua natureza, se dirige. No caso das ações humanas é como que afirmasse que o homem age aspirando algo.

Em sua investigação a respeito do que é esse bem, o Estagirita denota que entre as pessoas simples e os sábios a felicidade, tanto a nível pessoal como a nível social, é considerada o bem ao qual se dirige o agir humano. O homem age em vista de alcançar a felicidade e isto significa viver bem ou dar-se bem. “A felicidade [...] mostra-se como alguma coisa completa e autossuficiente, a finalidade de todas as ações” (*Ética à Nic.*, I, 1097b, 20).

Com efeito, diante disso há um novo problema que é a definição de felicidade. O próprio autor compreende que essa é uma questão polêmica. Embora exista convergência entre multidão e sábios que seja a felicidade o bem ao qual se dirija nossas ações, o conceito de felicidade de ambos é divergente. Aristóteles defende que não há até mesmo muita clareza nas definições, visto que nos diversos momentos da vida o

homem define que uma coisa é a felicidade; “[...] com muita frequência, o [...] indivíduo refere-se a itens distintos quanto a ela: quando fica doente, pensa ser a saúde a felicidade; quando é pobre, julga ser a riqueza [...]” (Ética à Nic., I, 1095a, 20-25). Contudo, defende o filósofo, esses mesmos homens simples compreendem que esse bem se refere a um bem maior que eles não conseguem compreender.

Seguindo este raciocínio, Aristóteles destaca três tipos de vida aos quais um homem pode se dirigir em busca de felicidade. A primeira é a do prazer, no qual a vida dos homens é orientada pelo gozo. O filósofo defende que esses preferem a vida própria dos animais, pois vivem para a satisfação dos apetites pessoais e é a vida em que vivem boa parte dos homens. O segundo tipo de vida é a política, onde os homens pensam que a honra é a felicidade. Contudo, ela é algo superficial, visto que depende dos que a proporcionam. Antes de refletir sobre o terceiro tipo de vida, o filósofo discorre sobre a vida pautada pelo acúmulo de riquezas que, na visão dele, não se refere ao bem que o homem deve buscar com suas ações, visto que o dinheiro é apenas algo útil ao homem, ou melhor, a riqueza é um meio e não um fim (cf. Ética à Nic., I, 1095b, 20-30, 1096b, 10).

Ao analisar a descrição desses três tipos de vida, conduz Aristóteles a buscar o conhecimento de um estilo de vida que seja coerente com a natureza humana. Por isso, ele vai procurar uma função que seja própria do homem, isso porque o bem ao qual tende uma determinada coisa é parte integrante de seu ser. Para isso, o filósofo analisa as potencialidades da alma humana, isto é, suas faculdades nutritiva, sensitiva e inteligível.

Em um primeiro momento, Aristóteles analisa a faculdade vegetativa da alma humana para ver se nela há um princípio pelo qual o homem pode orientar sua vida em vista do bem. Ela está relacionada com a capacidade de nutrir-se e reproduzir-se. Em seguida, destaca potência sensitiva, pela qual o homem é capaz de perceber o mundo a seu redor, ser afetado pelos objetos externos. Sob essas duas potências o homem não pode fixar sua vida a fim de alcançar felicidade, visto que elas são comuns aos demais animais e às plantas. “[...] Diante disso, devemos pôr de lado a vida do prisma da nutrição e do crescimento. A seguir, temos a vida sensitiva, porém esta, igualmente, parece ser compartilhada por cavalos, bois e todos os animais [...]” (Ética à Nic., I, 1098, 1).

Assim, buscando o que é próprio do homem a fim de estabelecer os princípios que regem sua ação, resta a faculdade racional da alma. É por meio dela, conforme

recorda Oderberg (2009), que o homem é capaz de raciocinar qual a melhor maneira de se agir estabelecendo assim um estilo de vida pelo qual é possível viver bem. Além disso, essa faculdade racional do homem promove o equilíbrio na complexidade da natureza humana, isto é, harmoniza suas potencialidades. Por isso, a ética é racional, pois “a função do ser humano é o exercício das faculdades da alma em conformidade com a razão” (Ética à Nic., I., 1098, 5).

## 2.2 A VIRTUDE COMO CAMINHO PARA A VIDA FELIZ

Pois bem, esta investigação a respeito da ética aristotélica conduziu às afirmações que todo o agir humano é orientado a um bem e que esse é a felicidade. A felicidade humana não se estabelece a partir daquilo que é passageiro, como o prazer, a honra e a riqueza, mas se alcança por meio da vida racional. Essa é a visão que o homem sábio tem da felicidade. O sábio considera que a vida virtuosa é o que pode trazer ao homem a felicidade.

Com efeito, a vida virtuosa depende da razão, pois é por meio dela que o homem pode fazer escolhas pautado na mediania. A virtude para Aristóteles: “É uma mediania entre dois vícios, um em função do excesso e outro em função da deficiência. Acresça-se que é uma mediania em que, enquanto os vícios carecem ou se excedem no que é certo tanto nas paixões quanto nas ações, a virtude encontra por prévia escolha a mediania” (Ética à Nic., II, 10107a, 5).

Aristóteles define que as virtudes são de dois tipos, a saber, virtudes intelectuais e virtudes morais. As intelectuais, na visão do filósofo, se referem à instrução, isto é, as disposições pelas quais o homem atinge a verdade. É por meio dessa virtude que é possível desenvolver a arte de deliberar entre o que é bom ou mal. Discernir aquilo que é correto ou incorreto é uma qualidade moral possibilitada pela razão. Ademais, discernir é também escolher e é esse tipo de virtude que conduzirá o homem à escolha da mediania. As virtudes morais, por sua vez, se referem àquelas adquiridas mediante o hábito que formam o caráter do indivíduo.

“As virtudes [...] nós as adquirimos por tê-las inicialmente e tê-las posto em prática. [...] De fato, aprendemos, executando o que teremos de executar” (Ética à Nic., II, 1102b, 30). Ora, Aristóteles afirma possuímos as virtudes inicialmente, mas o que isso significa? Seriam as virtudes inatas ao homem? Se as virtudes forem inatas ele não teria que se esforçar a fim de conquistar a vida virtuosa. O que o filósofo indica é que cada homem possui em si a capacidade de levar uma vida virtuosa. É nesse sentido que



é possível afirmar que a virtude é alcançável por possuí-la inicialmente. Nesse diapasão, considerando a virtude da inteligência, é possível afirmar que alguém pode alcançá-la por possuir condições para isso e por se esforçar em atualizar essa potencialidade. Assim, as virtudes são geradas no homem por meio do aprimoramento de suas capacidades naturais mediante o hábito.

Com efeito, Aristóteles defende a posição de que a virtude é fruto de um exercício; de um constante praticar, dito de outro modo, de um hábito. Fato é, que sempre o homem tem mais facilidade em cumprir algo que já se tornou para ele um hábito. “[...] Exemplo: os homens se tornam construtores construindo e se tornam tocadores de lira tocando lira. Analogamente, é a realização de atos justos que nos torna justos, de atos moderados que nos torna moderados, de atos corajosos que nos torna corajosos [...]” (Ética à Nic., II, 1102b 30, 1103b 1).

Dessa forma, viver bem significa, de acordo com a ética aristotélica, ser virtuosos. A finalidade dos atos humanos é alcançada por meio do exercício das virtudes. É preciso saber escolher aquilo que está de acordo com este estilo de vida e isso é possibilitado pela razão.

### **3 A VIRTUDE DA MODERAÇÃO EM ARISTÓTELES**

A virtude da moderação é classificada por Aristóteles como uma das virtudes da parte irracional do homem, visto que ela está relacionada com os prazeres. O vício contrário à moderação é o desregramento. A fim de melhor delinear a natureza da moderação, Aristóteles investiga a natureza dos prazeres. Ele defende que os prazeres são sempre definidos a partir daquilo que se experimenta com o corpo, portanto, com o que sente.

Com efeito, nem todo prazer vinculado aos sentidos é mal. Aristóteles indica que os sentidos da visão, da audição e do olfato não podem ser considerados como fonte de moderação ou desregramento, pois, no mais das vezes, eles trazem em si marcas do objeto desejado e que é fonte de prazer. Assim, por meio deles não experimentamos o prazer em si. Isso fica mais claro com a comparação feita pelo estagirita a respeito da relação desses sentidos nos animais:

Os animais distintos do ser humano também não experimentam prazer através desses sentidos, salvo de maneira incidental. Os cães, de fato, não sentem prazer em cheirar lebres, mas em comê-las; o cheiro apenas lhe acusa a presença da lebre. Tampouco o leão experimenta prazer com o mugido do boi, mas com devorá-lo; é fato, porém, o mugido anunciar a



proximidade do boi, parecendo que ele extrai prazer desse som. Do mesmo modo, não experimenta prazer om a visão de um veado ou uma cabra selvagem, mas sim porque vai fazer uma refeição (Ética à Nic., III, 1118a, 20).

Assim como nos animais, o homem encontra prazer em possuir o objeto de seu desejo. Por isso, Aristóteles defende serem as sensações do paladar e do tato as quais são passíveis de serem consideradas moderadas ou desregradas. Dessa forma, é a forma pela qual o indivíduo se satisfaz com o objeto desejado que se pode classificar como moderada ou desregrada.

Considerando a natureza dos apetites ou desejos, Aristóteles considera que eles podem ser de dois modos: comuns a todos ou pessoais. Os apetites comuns são aqueles que visam a nutrição, isto é, quando se sente necessidade de um alimento ou de outro meio necessário à subsistência. Os pessoais, por sua vez são aqueles marcados pela preferência de um determinado tipo de coisa, por exemplo, preferir um tipo de comida mais que outro. Nos apetites naturais é, na visão de Aristóteles, mais fácil de ser moderado, pois o indivíduo se pauta pela necessidade e não pelo gosto. Contudo, ele pode preferir extrapolar o limite da necessidade exagerando na comida ou na bebida.

É interessante esse fato indicado por Aristóteles, pois fundamenta sua visão de que a ética é racional, pois a razão é quem orienta o homem a escolher o que é certo. Apenas o homem, como animal racional, pode escolher ser moderado na satisfação de sua fome ou ser desregrado ao saciar sua carência nutritiva. Os animais irracionais, por sua vez, se contentam com o que é necessário à sua subsistência; um cavalo, por exemplo, não irá pastar um gramado todo simplesmente porque sua vontade o orientou a empanturrar-se de grama, pelo contrário, vai saciar-se apenas com aquilo que é necessário. Assim, o desregramento, neste caso, é um vício pelo excesso.

No que se refere aos prazeres pessoais, Aristóteles considera que os erros são mais fáceis de serem cometidos, por se designar a coisas que o indivíduo aprecia. Ele sempre vai tender a ser desregrado naquilo que ele mais gosta e a detestar aquilo que não lhe apetece.

Algo que fica claro na análise aristotélica é que os apetites e prazeres são inerentes à natureza do homem. Salvo exceções, todos os homens são capazes de sentir e ter prazer em alguma coisa. Ora até mesmo os animais irracionais são capazes de sentir prazer em algo. Isso se deve à alma sensitiva, comum aos homens e animais, por meio da qual esses seres são capazes de serem movidos e afetados. Mas além disso, essa

capacidade de sentir prazer se relaciona com a alma nutritiva, visto que está profundamente relacionado com o sentir prazer, como foi visto no caso dos prazeres comuns a todos. Ora, assim sendo, o prazer não é em si algo mal, o que o torna imoral ou moral é a forma como o indivíduo se relaciona com ele. É nesse sentido que Aristóteles afirma que é preciso habituar-se com as tentações do desregramento.

Diferentemente do indivíduo desregrado, o que vive a moderação é aquele capaz de estabelecer uma relação virtuosa com os prazeres, isto é, ele vivencia o prazer tendo como regra a justa razão: “[...] no indivíduo moderado deve existir necessariamente harmonia entre a parte apetitiva e a razão, pois o que é nobre é a meta comum da moderação e da razão. E o indivíduo moderado é aquele que anseia pelas coisas devidas, de maneira devida e oportunamente, que é o que determina a razão” (Ética à Nic., III, 1119b, 15).

Para o homem desregrado, se privar de determinados prazeres causa dor. Por outro lado, por saber bem administrar sua relação com o prazer, um homem moderado não sentirá dor na ausência ou na abstinência de determinado tipo de prazer. Isso é sinal de que uma vida orientada pela razão é uma vida feliz, pois não torna o homem escravo de seus apetites.

Ora, mas não há remédio para o desregramento? O remédio para uma vida desregrada, de acordo com Aristóteles, é a disciplina do desejo. É preciso que os prazeres sejam comedidos e educados de acordo com a razão, defende Aristóteles. Quando Aristóteles reflete sobre os tipos de vida, ele destaca a do prazer, como visto anteriormente neste estudo. Considerando este tipo de vida, o filósofo afirma que “[...] o grosso da espécie humana se revela inteiramente vil; sua preferência é por uma vida própria do gado [...]” (Ética à Nic., I, 1095b, 20). Embora sejam fortes estas palavras de Aristóteles, o que o filósofo está querendo afirmar é que, quem vive considerando que a felicidade se limita unicamente ao prazer leva uma vida bestial, pois, como já tratado, a vida digna do homem é aquela na qual ele se torna virtuoso mediante o uso da razão. Por esse motivo, é preciso que a razão harmonize os apetites do indivíduo.

### **3. 1 REFLEXÕES SOBRE IMPORTÂNCIA DA MODERAÇÃO NA VIDA ATUAL**

Por mais que Aristóteles tenha escrito isso há muito tempo, essa constatação continua atual. Boa parte das pessoas pensam que uma vida boa ou que viver bem é se entregar aos prazeres. Está aí como sinal, a grande importância que se dá entre a

população à ostentação de bens, ao consumo desenfreado de bebidas alcoólicas e de alimentos, o sexo apresentado como único interesse na relação interpessoal. Em suma, agem apenas visando maximizar o prazer se apoiando no consumo desenfreado.

Alguns teóricos atuais, nos ajudam a compreender como é frustrante para o indivíduo a vida nesta sociedade. Gillis Lipovetski (2007) em seu livro *A felicidade Paradoxal* analisa a sociedade atual e compreende como hoje o consumismo desenfreado é uma nova forma de prazer. O autor considera que a própria publicidade em torno da venda de produtos que demonstrar que o possuir algo é o que torna o homem feliz. A sociedade do hiperconsumismo se manifesta em um hedonismo radiante. Tudo o que está relacionado com um bem-estar proporcionado pelo consumo.

Com efeito, ao mesmo tempo em que há toda essa opulência publicitária e promessa de felicidade, na visão de Lipovetski (2007), o homem caminha para uma crise existencial. “[...] Pois prometendo o paraíso dos gozos do ter, o mundo da mercadoria não cessa, na realidade, de orquestrar as frustrações, carências e decepções da maioria. [...] a sociedade do hiperconsumismo é aquela em que as insatisfações crescem mais depressa que as ofertas de felicidade [...]” (LIPOVETSKI, 2007, p. 158). Diante dessas frustrações, o homem contemporâneo busca em outras coisas a felicidade, como na embriaguez, nos prazeres libidinais, nas festas, entre outras.

Considerando o contexto do homem moderno e as teses fundamentais da ética aristotélica, é possível afirmar que a vida do homem em uma sociedade do hiperconsumismo, onde o possuir é a lei da felicidade, sempre vai frustrá-lo, visto que ele não será capaz de atingir o seu fim. A felicidade, como denota a ética aristotélica, não está no prazer, nas riquezas e nem na honra, mas em viver de acordo com a justa razão, escolhendo sempre aquilo que é virtuoso. Assim, Lipovetski está correto em afirmar que essa sociedade hiperconsumista somente conduz o homem à decepção e frustração, pois, o indivíduo vai constantemente viver em função de uma coisa que a posse de bens ou o prazer de tê-las não pode dar a ela, isto é, a felicidade.

A virtude da moderação e uma vida de acordo com a razão são capazes de libertar o homem das ilusões atuais. Um olhar racional para a realidade conduz o homem à compreensão de que a abundância de bens ou o consumo desenfreado não é capaz de o fazer feliz. Uma vez que não é possível viver neste mundo se esquivando de gozar das praticidades dos produtos presentes no mercado, a virtude da moderação desperta o indivíduo ao consumo consciente seja dos produtos em si ou dos demais prazeres que são proporcionados a ele, como o da comida e da bebida.

Como se afirmou na investigação a respeito da virtude da moderação, não é possível ao homem viver sem prazer, mas ele pode escolher a forma como ele se relaciona com essa dimensão. Assim, viver a moderação atualmente não é se privar totalmente do mundo, mas é compreender em que consiste a vida feliz e como é possível gozar dos prazeres de forma virtuosa. Dessa forma, a ética aristotélica, embora tenha se desenvolvido na Grécia Antiga, é útil para a orientação do homem dos tempos atuais, afinal de contas, ainda hoje o homem quer ser feliz e necessita de quem o aponte o estilo de vida que o conduz a esse bem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo, portanto, de discutir a virtude da moderação de acordo com a ética aristotélica, este estudo chegou à conclusão de que ainda hoje é importante se refletir sobre a moderação. Além disso, ele possibilitou a compreensão de temas basilares que compõe a filosofia moral de Aristóteles. Assim, a título de conclusão, é importante destacar alguns pontos.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que a ética aristotélica compreende o homem de uma forma integral. Por mais que a ética tenha um cunho racional ela engloba as demais dimensões da vida humana. A vida boa se dá mediante a harmonia entre as faculdades da alma humana por meio da razão. Dessa forma, a ética aristotélica não se constitui em reducionismo racionalista, onde para ser bom é somente necessário a racionalidade.

Depois, a ética aristotélica não é uma moral subjetivista, onde o que importa é o indivíduo isolado. Para Aristóteles ética e política se vinculam, vida privada e social estão plenamente unidas, visto que, o homem realiza seu fim tanto em seu âmbito coletivo como em sua dimensão individual, isto é, a felicidade alcançada por meio da vida virtuosa nesses dois âmbitos da vida.

Por fim, analisando a relação do homem com o prazer na vida social contemporânea, esta pesquisa evidenciou que a ética aristotélica é válida para o homem atual, uma vez que ela serve de bases para responder a problemas atuais relacionados ao consumismo desregrado. Além disso, demonstra, também, que a própria filosofia é útil para a sociedade atual, pois serve de base para a reflexão sobre os problemas que permeiam a vida humana.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, Mortimer. **Aristóteles para todos**: uma introdução simples a um pensamento complexo. trad. Pedro Sette-Câmara São Paulo: É Realizações, 2010.
- ALVIRA, Tomás; CLAVELL, Luis; MELENDO, Tomás. **Metafísica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Rimundo Lúlio”, 2014.
- ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. trad. e notas Edson Bini. 4 ed. São Paulo: Edipro, 2014.
- ARISTÓTELES. **A Política**. trad. Roberto Leal Ferreira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.
- ARISTÓTELES. **De Anima**. Trad. e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**: Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MACINTYRE, Alasdair. **Historia de la ética**. trad. Roberto Juan Walton. Barcelona: Editora Paidós, 1991.
- ODERBERG, D. S. **Teoria Moral**: uma abordagem não consequencialista. trad. Maria José Figueiredo. 1. ed. Parede, Portugal: Principia Editora, 2009.